

Centro-esquerda vai à luta

Nos bastidores da Constituinte nasce um novo partido

Muitos poderão até duvidar, mas nos bastidores da Assembleia Constituinte continua ganhando corpo a idéia de um novo partido de centro-esquerda, reunindo Mário Covas e Jorge Bornhausen, Pimenta da Veiga e Nelson Marchezan, Marco Maciel e Euclides Scalco, Carlos Chiarelli e Miro Teixeira, Konder Reis e Nelson Jobim, Fernando Henrique Cardoso e Esperidião Amim, José Richa e Alcení Guerra, Hélio Duque e Márcio Braga, Humberto Souto e Antônio Britto, Itamar Franco e Otávio Eliseo.

A nova agremiação reuniria a corrente de centro-esquerda do PMDB e os modernos do PFL com alguns progressistas do PDS, formando uma legenda que adotaria a social-democracia como princípio básico. Os deputados mineiros Pimenta da Veiga (PMDB) e Humberto Souto (PFL) confirmaram os entendimentos, afirmando que até a promulgação da futura Constituição o novo partido estará organizado, em condições, inclusive, de participar das eleições de prefeitos e vereadores, a 15 de novembro de 1988.

Desde logo há nitida preferência pela candidatura de Pimenta da Veiga a governador de Minas, em 90, e de Aécio Neves Cunha a prefeito de Belo Horizonte, no próximo ano.

Por enquanto os coordenadores do novo partido preferem



Covas e Antônio Britto poderão se unir a Marchezan e Maciel

preservar três líderes nacionais. Aureliano Chaves, José Richa e Mário Covas. Explicação: um dos três poderia ser o candidato a Presidente. Os coordenadores da futura agremiação garantem que, na hora devida, Aureliano, Richa e Covas estarão afinados com o movimento de centro-esquerda.

Pimenta da Veiga e Humberto Souto são os que revelam mais disposição de deixarem o PMDB e o PFL. Alegam que a sociedade não vai aceitar a

eventual decisão da Comissão de Sistematização, pelo mandato de cinco anos a Sarney. "O PFL vai acabar logo e temos de pensar numa outra opção, de centro-esquerda", disse Humberto Souto.

O ex-líder do PMDB, Pimenta da Veiga, acredita que a nova agremiação terá uma importante base em Minas, com 10 ou 12 deputados federais do PMDB e quase todos os 10 do PFL. No plano federal seriam 50 a 60 parlamentares. A idéia só pode-

ria prosperar se aprovada emenda do deputado mineiro Luiz Otávio Ziza Valadares, permitindo criação de partido político por iniciativa de parlamentares.

Alguns nomes que deverão optar pela nova agremiação seriam os seguintes: Nelson Marchezan (PDS), Carlos Chiarelli (PFL), Nelson Jobim, José Carlos Bisol e Antônio Britto (PMDB), do Rio Grande do Sul; Miro Teixeira, Paulo Rattes, Márcio Braga e Ana Maria Rattes (PMDB), do Rio de Janeiro; Pimenta da Veiga, Ziza Valadares, Otávio Eliseo, Aécio Cunha Neves, Carlos Mosconi, José Ulysses, Carlos Cotta, Cêlio de Castro, Luiz Alberto Rodrigues, Mauro Campos, Maurício de Padua, Roberto Brandt, Silvio Abreu (PMDB); Humberto Souto, Oscar Corrêa, Mário Assad, Maurício Campos, José Santana de Vasconcelos, Cristóvão Chiaradia (do PFL); José Elias Murad (PTB), de Minas; Jorge Bornhausen, Konder Reis e Henrique Córdova, do PDS; Nelson Wedekin (PMDB), de Santa Catarina; José Richa, Euclides Scalco, José Tavares, Hélio Duque (PMDB); Alcení Guerra e Airton Cordeiro (PFL), do Paraná; Mário Covas, Fernando Henrique, Robson Marinho, Antonio Perosa, José Carlos Grecco, Koyu Iha, Severo Gomes (PMDB), de São Paulo; Jayme Santana (PFL), do Maranhão; Saulo Queiroz (PFL), de Mato Grosso do Sul.

Sindicatos se unem para pressionar plenário

Representantes de importantes segmentos da sociedade civil, do movimento popular e sindical reuniram-se ontem com parlamentares dos quatro partidos de esquerda (PT, PDT, PCB e PC do B) e da ala esquerdista do PMDB — o MUP, decidindo convocar para o próximo dia 24 uma plenária nacional de entidades, em Brasília. Naquela data, eles pretendem formalizar a criação de uma Frente Nacional de Entidades Democráticas e Sindicais, para atuar no sentido de garantir no plenário da Assembleia Nacional Constituinte as conquistas já alcançadas na Comissão de Sistematização.

Em nota aprovada na reunião de ontem, as entidades se mostram "preocupadas com a investida reacionária do Governo Sarney e de setores minoritários e oligárquicos do País contra o reconhecimento de direitos, reivindicações e liberdades pelo Congresso Constituinte" e ainda avaliam o "risco da legiti-

mação de um retrocesso". As decisões foram tomadas pelo conjunto de duas centrais sindicais (CUT e CGT), 20 entidades nacionais, associações sindicais e da sociedade civil (Andes, CNBB, CPB, Fenaj, OAB, e outras) e 22 parlamentares.

Nos diversos pronunciamentos foi ressaltada a pressão que a Constituinte está sofrendo por setores organizados do empresariado, através da sua recém-criada entidade — União Brasileira dos Empresários (UBE) — dos latifundiários, por meio da União Democrática Ruralista (UDR), do bloco dos moderados na própria Constituinte, chamado Centrão, e até mesmo do presidente José Sarney.

"Entendem os líderes sindicais e populares que, apesar de ainda tímidas, as conquistas alcançadas pelos trabalhadores e pelo povo brasileiro na Comissão de Sistematização assustaram esses setores, que procuram agora jogar toda a sua força de pressão para reverter a situa-

ção. O deputado Nilton Friedrich (PMDB-PR), referindo-se à intervenção do presidente Sarney na Constituinte, pressionando os parlamentares a votarem pelo presidencialismo e cinco anos de mandato, disse que esta é a versão-87 do "prendo e arrebeito" — famosa frase do ex-presidente João Figueiredo.

Na plenária a ser realizada em Brasília, as entidades deverão também aprovar um manifesto à Nação e traçar um plano nacional de mobilização, a partir das bases das entidades, em cada Estado, com vistas "a pressionar os constituintes que estejam traindo os compromissos assumidos durante as suas campanhas. Temos que fazer todos os esforços para entender o momento que estamos enfrentando e tirarmos propostas que possam ser um referencial para o povo brasileiro. Nós, da luta dos trabalhadores, temos o direito e o dever de sair em defesa dos interesses do povo brasileiro, dos direitos dos trabalhado-

res na Constituinte", disse Avéllino Ganzer, secretário-geral da CUT.

O presidente da CGT, Joaquim dos Santos Andrade, não chegou em tempo de assistir a reunião, mas assinou também a nota e concordou em fazer parte da coordenação provisória da plenária, "a fim de garantir uma atuação unitária dos trabalhadores".

Até esse dia, a plenária estará sendo coordenada, provisoriamente, por representantes da OAB, CUT, CGT, CNBB, Fenaj, Andes, CPB, Conam, Confederação Brasileira dos Trabalhadores Cristãos e Federação Nacional dos Engenheiros, além da ABI e Contag, que ainda serão consultadas. Como primeira providência, a coordenação vai encaminhar cópias da nota de ontem a todas as entidades participantes, para que estas a reproduzam e a distribuam, através de mala direta, a todos os seus filiados.